BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (modelo reduzido)

(Euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2017	31-12-2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3.1 - 4	1.294.974,56	1.303.027,93
Investimentos financeiros	3.1	4.351,64	
		1.299.326,20	**1.303.027,93**
Ativo corrente			
Inventários	3.1 - 7	1.861,85	1.923,57
Créditos a receber	3.1 - 11	26.318,23	28.653,31
Estado e outros entes públicos	3.1 - 11	3.361,60	3.084,73
Diferimentos	3.1	3.270,07	1.223,97
Outros ativos correntes			3.140,46
Caixa e depósitos bancários	3.1 - 11	134.241,83	71.994,67
		169.053,58	**110.020,71**
Total do ativo		**1.468.379,78**	**1.413.048,64**
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos		778.122,44	778.122,44
Reservas		675.534,45	675.534,45
Resultados transitados		-222.989,27	-200.890,74
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais		27.604,45	12.529,22
Resultado líquido do período		45.422,28	-22.098,53
Total dos fundos patrimoniais		**1.303.694,35**	**1.243.196,84**
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	3.1 - 11	10.495,23	13.430,93
Estado e outros entes públicos	3.1 - 10	16.242,23	21.018,26
Outros passivos correntes	3.1 - 11	137.947,97	135.402,61
		164.685,43	**169.851,80**
Total do passivo		**164.685,43**	**169.851,80**
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		**1.468.379,78**	**1.413.048,64**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS (modelo reduzido)
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2017	31-12-2016
Vendas e serviços prestados	8	419.841,49	372.499,06
Subsídios, doações e legados à exploração	10	710.272,14	776.730,49
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-61.886,02	-83.713,65
Fornecimentos e serviços externos	8.3	-220.007,25	-230.825,78
Gastos com o pessoal	12	-794.179,33	-864.376,53
Outros rendimentos	8.5	50.056,41	42.653,72
Outros gastos	8.4	-23.487,46	-6.206,66
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e		**80.609,98**	**6.760,65**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-34.902,86	-28.526,85
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e		**45.707,12**	**-21.766,20**
Juros e gastos similares suportados		-284,84	-332,33
Resultado antes de impostos		**45.422,28**	**-22.098,53**
Imposto sobre o rendimento do período	3.1	0,00	0,00
Resultado líquido do período		**45.422,28**	**-22.098,53**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES (modelo reduzido)
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Euros)

RUBRICAS	NOTAS	CA[1]	ERPI[2]	PERÍODOS	
				31-12-2017	31-12-2016
Vendas e serviços prestados	8	0,00	419.841,49	419.841,49	372.499,06
Custo das vendas e dos serviços		-427.032,98	-539.978,61	-967.011,59	-1.076.969,22
Resultado bruto		**-427.032,98**	**-120.137,12**	**-547.170,10**	**-704.470,16**
Outros rendimentos	8.5 - 10	515.198,97	245.129,58	760.328,55	819.380,54
Gastos administrativos		-79.692,26	-64.271,61	-143.963,87	-130.477,26
Outros gastos	8.4	-1.553,24	-21.934,22	-23.487,46	-6.206,66
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**6.920,49**	**38.786,63**	**45.707,12**	**-21.773,54**
Gastos de financiamento (líquidos)		-142,41	-142,43	-284,84	-324,99
Resultados antes de impostos		**6.778,08**	**38.644,20**	**45.422,28**	**-22.098,53**
Imposto sobre o rendimento do		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	3.1	**6.778,08**	**38.644,20**	**45.422,28**	**-22.098,53**

[1] **CA** – Casa de Acolhimento
[2] **ERPI** – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2017	31-12-2016
Fluxos de Caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		429.207,73	389.829,70
Pagamentos a fornecedores		-245.863.73	-288.835,72
Pagamentos ao pessoal		- 551.206,46	-582.745,65
Caixa gerada pelas operações		**-367.862,46**	**-481.751,67**
Outros recebimentos /pagamentos		430.714,67 e	492.065,65
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		**62.852,21**	**10.313,99**
Fluxos de Caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:		**-3.460,67**	**-8.428,37**
Ativos fixos tangíveis		-2.249,49	-8.428,37
Investimentos financeiros		-1.211,18	0,00
Recebimentos provenientes de:		**0,00**	**3.323,67**
Ativos fixos tangíveis		0,00	3.320,00
Juros e rendimentos similares		0,00	3,67
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		**-3.460,67**	**-5.104,70**
Fluxos de Caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:		**-284,84**	**-332,33**
Juros e gastos similares		-284,84	-332,33
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		**-284,84**	**-332,33**
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		**59.106,71**	**4.876,96**
Efeito das diferenças de câmbio		**0,00**	**0,00**
Caixa e seus equivalentes no início do período	11	**75.135,12**	**70.258,17**
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11	**134.241,83**	**75.135,12**

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Nota Introdutória

A Fundação Lar Evangélico Português (FLEP) é uma instituição particular de solidariedade social, reconhecida de utilidade pública, constituída em 12 de agosto de 1998, com sede na Rua D. Afonso Henriques, n.º 2689, freguesia de Águas Santas, concelho da Maia, distrito do Porto.
A Fundação teve origem no Lar Evangélico Português criado em 7 de julho de 1948.

A Fundação tem por missão prestar serviços aos cidadãos nas áreas da infância e juventude, e da terceira idade, contribuindo para o seu bem-estar e formação integral, segundo os princípios da Fé Cristã Evangélica, contidos na Bíblia Sagrada, inerentes aos ensinamentos dos fundadores.

Para desenvolver a sua atividade social a FLEP celebrou acordos de cooperação com o Instituto da Segurança Social, I.P. que se consubstanciam em apoios financeiros.
Também recebe ajuda financeira (donativos em dinheiro) por parte de Entidades Coletivas e Particulares e de donativos em espécie por parte do Continente e do Banco Alimentar Contra a Fome.
Acrescem, ainda, as mensalidades pagas pelos utentes da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (Lar de Idosos).

1 - Identificação da entidade

1.1 Denominação da entidade
Fundação Lar Evangélico Português, número de identificação de pessoa coletiva 502911000

1.2 Lugar da sede social
Rua D. Afonso Henriques, n.º 2689, freguesia de Águas Santas, concelho da Maia.

1.3 Natureza da atividade
Casa de Acolhimento (CA) e Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI)

1.4 Denominação e sede social da entidade – mãe imediata
Não se aplica.

1.5 Denominação e sede social da entidade – mãe final
Não se aplica.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Indicação do referencial contabilístico (NCRF-ESNL e outros normativos que tenham sido aplicadas nos termos do disposto no parágrafo 2.3 da NCRF -ESNL)
As demonstrações financeiras refletem os resultados das suas operações e a posição financeira para o período de doze meses, findo em 31 de dezembro de 2017, tendo sido aprovadas pelo Conselho de Administração após parecer favorável do Conselho Fiscal, e são expressas em Euros.
As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal, segundo a Norma Contabilística e de

Relato Financeiro para as Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF-SNL), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, com as alterações previstas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. O normativo contabilístico NCRF-ESNL é composto pelos seguintes instrumentos:

- Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras;
- Modelos de Demonstrações Financeiras – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF - ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho;
- Normas Interpretativas.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2017 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período homólogo findo em 2016.

2.2 Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Nada a referir.

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

Nada a referir.

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 Principais políticas contabilísticas:

a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

Os **Ativos não correntes** estão valorizados ao custo de aquisição, líquido das depreciações e amortizações acumuladas e apresentam vidas finitas.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

No caso dos bens do ativo fixo tangível atribuídos a título gratuito, os bens são mensurados a justo valor, ao valor pelo qual se encontram segurados ou ao valor pelo que figuravam na sua contabilidade. A quantia assim considerada corresponderá ao custo considerado para efeitos da mensuração do reconhecimento.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada bem.

Os **inventários** são valorizados ao custo de aquisição, líquidos de descontos e devoluções.

No caso dos inventários atribuídos a título gratuito, os bens são mensurados ao valor atribuído pela entidade doadora.

As **contas de créditos a receber** não tem implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal.

As **contas a pagar a Fornecedores e outros credores** não vencem juros e são registadas pelo seu valor nominal.

Os **Investimentos Financeiros** dizem respeito aos valores pagos ao Fundo de Compensação do Trabalho, relativos a colaboradores que entraram na entidade após outubro de 2013.

Os valores apresentados na conta **Estado e outros entes públicos** no ativo dizem respeito a Imposto sobre o Valor Acrescentado a recuperar e no passivo a Imposto sobre o Rendimento retido a terceiros, bem como a contribuições a entregar à Segurança Social.
A rubrica **Caixa e seus equivalentes** incluem caixa e depósitos em bancos, estando disponíveis para uso.
Os rendimentos e gastos são registados no período a que dizem respeito, independentemente de recebimento e pagamento, de acordo com o princípio de periodização económico. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas Contas a receber e a pagar e em Diferimentos
Os **Diferimentos** incluem valores já liquidados de seguros.
Os **Subsídios e donativos** registados como rendimento, incluindo os não monetários, só são reconhecidos após existir segurança que as entidades cumprirão as condições associadas.
O rédito é composto pelos montantes líquidos recebidos das prestações de serviços, dos subsídios arrecadados e dos donativos recebidos de diversas entidades.
Sendo uma entidade sem fins lucrativos, a FLEP encontra-se isenta de **Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas**, salvo no tocante à prática de qualquer operação de natureza comercial, facto que não se verificou no decorrer deste período económico.
Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação em contrário.

b) Outras políticas contabilísticas

Nada a referir.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada, o enquadramento atual e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.

3.2 Alterações nas políticas contabilísticas: indicação da natureza e efeitos da alteração na política contabilística e, no caso de aplicação voluntária, das razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante.

Nada a referir.

3.3 Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros.

Nada a referir.

3.4 Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período.

Não foram detetados erros materialmente relevantes relativos a períodos anteriores.

3.5 Adoção pela primeira vez da NCRF -ESNL (divulgação transitória)

Não se aplica.

4 - Ativos fixos tangíveis

4.1 Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis:

a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta

Os ativos não correntes estão valorizados ao custo de aquisição, líquido das depreciações e amortizações acumuladas e apresentam vidas finitas.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

b) Métodos de depreciação usados

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada bem.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas

Foram utilizadas as taxas de depreciação e amortização previstas no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Ativos fixos tangíveis	Número de anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	4 a 7
Equipamento de transporte	2 a 5
Equipamento administrativo	3 a 8

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.

Ano de 2017					
Rubricas	**Saldo Inicial**	**Aumentos**	**Saldo final**	**Depreciações Acumuladas**	**Valor líquido**
Terrenos e recursos naturais	594.987,19	0,00	594.987,19	0,00	594.987,19
Edifícios e outras construções	1.023.210,69	0,00	1.023.210,69	360.189,73	663.020,96
Equipamento básico	238.177,29	19.249,50	257.426,79	225.208,61	32.218,18
Equipamento de transporte	121.636,33	6.600,00	128.236,33	124.936,33	3.300,00
Equipamento administrativo	85.236,18	999,99	86.236,17	85.947,27	288,90
Outros ativos fixos tangíveis	3.631,98	0,00	3.631,98	2.472,65	1.159,33
Totais	**2.066.879,66**	**26.849,49**	**2.093.729,15**	**798.754,59**	**1.294.974,56**

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2017, os movimentos mais relevantes ocorridos nas rubricas dos ativos fixos tangíveis foram os seguintes:

- Em equipamento básico: diversas camas articuladas elétricas e pneumáticas doadas por uma instituição e avaliadas em 18.000,00 euros, e um termoacumulador a gás cujo valor de aquisição foi de 1.249,50 euros;

- Em equipamento de transporte: uma viatura de marca Audi, modelo A4, do ano de 2001, de matrícula 33-93-RS, avaliada em 6.600,00 euros, donativo de um particular;
- Em equipamento administrativo: um computador portátil e um computador de secretária, cujo valor de aquisição total foi de 999,99 euros.

e) Quantia e natureza dos bens do património histórico, artístico e cultural

Nada a referir.

4.2 Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos

Nada a referir.

4.3 Se os itens do ativo fixo tangível forem expressos por quantias revalorizadas

Nada a referir.

5 - Ativos intangíveis

Nada a referir.

6 - Custos de empréstimos obtidos

Nada a referir.

7 - Inventários

7.1 Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada.

Os inventários são valorizados ao seu custo de aquisição. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra.

Custo das matérias consumidas = inventários iniciais + compras líquidas - inventários finais

As saídas de armazém (consumos) são valorizadas ao custo específico.

7.2 Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade

e

7.3 Quantia de qualquer ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período, bem como de qualquer reversão de ajustamento que tenha sido reconhecida como uma redução na quantia de inventários reconhecida como gasto do período, e circunstâncias ou acontecimentos que conduziram a tal reversão.

	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	
	Ano de 2017	**Ano de 2016**
Inventários iniciais	1.923,57	2.192,09
Compras líquidas	40.408,31	57.594,21
Regularização de inventários	21.415,99	25.850,92
Inventários finais	1.861,85	1.923,57
Gastos do período	**61.886,02**	**83.713,65**

8 - Rendimentos e gastos

8.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

8.2 Quantia e natureza de elementos isolados de rendimentos ou dos gastos cuja dimensão ou incidência sejam excecionais

Nada a referir.

8.3 Fornecimentos e serviços externos

	Ano de 2017	Ano de 2016
Serviços especializados	80.509,26	75.595,13
Materiais	33.452,82	25.669,11
Energia e fluídos	61.463,89	78.008,12
Deslocações, estadas e transportes	8.525,70	6.146,02
Serviços diversos	36.055,58	45.407,40
Totais	**220.007,25**	**230.825,78**

8.4 Outros gastos e perdas

	Ano de 2017	Ano de 2016
Impostos indiretos	0,00	78,24
Taxas	215,33	510,14
Dívidas incobráveis	16.463,43	0,00
Correções relativas a períodos anteriores	5.869,18	5113,61
Quotizações	465,00	411,00
Outros não especificados	474,52	93,67
Totais	**23.487,46**	**6.206,66**

8.5 Outros rendimentos e ganhos

	Ano de 2017	Ano de 2016
Prestações familiares	21.719,33	31.555,90
Descontos de pronto pagamento obtidos	146,65	69,85
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros - alienações	0,00	2.821,10
Outros Rendimentos	0,00	1,10
Correções relativas a períodos anteriores	6.297,11	5.539,43
Imputação de subsídios para investimentos	2.624,77	2.624,77
Outros não especificados	19.268.55	39,00
Totais	**50.056,41**	**42.650,05**

9 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

No que diz respeito a ativos e passivos contingentes, como possíveis acontecimentos passados e cuja existência será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade, que afetem positiva e ou negativamente os resultados, nada há a referir nem estão reconhecidos nas demonstrações financeiras.

10 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Entidade	Ano de 2017	Ano de 2016
Estado e outros entes públicos	**613.196,07**	**676.232,93**

10.1 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nos fundos patrimoniais

Nada a referir.

10.2 Benefícios sem valor atribuído, materialmente relevantes, obtidos de terceiras entidades.

Nada a referir.

10.3 Principais doadores/fontes de fundos

A principal fonte de fundos é o Estado e outros entes públicos. A entidade também recebe donativos de diversas entidades.

11 - Instrumentos financeiros

11.1 Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados ao custo.

As dívidas de utentes e de outras contas a receber são registadas pelo valor nominal. No final de cada período de relato são analisadas as dívidas à entidade para avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida quer a incobrabilidade quer a respetiva perda por imparidade. Neste sentido, a entidade informa o utente do incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

Os valores constantes de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e em depósitos à ordem imediatamente mobilizáveis, com risco insignificantes de alteração de valor.

Meios financeiros líquidos	Ano de 2017	Ano de 2016
Caixa	1.211,61	913,01
Depósitos à ordem	133.030,22	71.081,66
Totais	**134.241,83**	**71.994,67**

As dívidas a fornecedores e de outras contas a pagar são registadas pelo valor nominal.
A conta ao Estado e outros entes públicos apresentava a seguinte composição:

Impostos/Contribuições	Ano de 2017		Ano de 2016	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Retenção de impostos sobre rendimentos	0,00	3.483,50	0,00	3.861,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado	3.361,60	0,00	3.084,73	0,00
Contribuições para a Segurança Social	0,00	12.758,73	0,00	17.157,26
Totais	**3.361,60**	**16.242,23**	**3.084,73**	**21.018,26**

11.2 Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor

Nada a referir.

11.3 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções das diferentes naturezas de itens de cada rubrica dos fundos patrimoniais

Ano de 2017				
Rubricas	**Saldo Inicial**	**Aumentos**	**Diminuições**	**Saldo Final**
Fundos	778.122,44	0,00	0,00	778.122,44
Reservas	675.534,45	0,00	0,00	675.534,45
Resultados transitados	-200.890,74	0,00	22.098,53	-222.989,27
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	12.529,22	17.700,00	2.624,77	27.604,45
Totais	**1.265.295,37**	**17.700,00**	**24.723,30**	**1.258.272,07**

11.4 Quantia escriturada de ativos financeiros dados em garantia, penhor ou promessa de penhor e termos e condições relativos à garantia, penhor ou promessa de penhor.

Nada a referir.

11.5 Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço

Dívidas correntes da entidade	Ano de 2017	Ano de 2016
Fornecedores	10.495,23	13.430,93
Credores por acréscimos de gastos	108.101,30	125.557,32
Outros credores	11.242,95	5.838,26
Totais	**129.839,48**	**144.826,51**

11.6 Ajustamentos de valor reconhecidos no período para cada natureza de instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor

Nada a referir.

11.7 Dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano

Valor em dívida de um utente a mais de um ano: 2.895,65 euros.

11.8 Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano

Nada a referir.

11.9 Número médio de utentes por resposta social:

O número médio de utentes, por resposta social, durante o ano de 2017, foi o seguinte: Casa de Acolhimento – 26; Estrutura Residencial para Pessoas Idosas – 49.

12 - Benefícios dos empregados

Gastos com o pessoal	Ano de 2017	Ano de 2016
Remunerações	623.456,37	704.564,25
Indemnizações	34.189,45	5.619,35
Encargos sobre remunerações	130.221,30	143.962,31
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	5.689,71	8.263,12
Outros gastos com o pessoal	622,50	1.967,50
Totais	**794.179,33**	**864.376,53**

12.1 Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras e número de membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão e alterações no mesmo período ocorridas.

Número médio de empregados: 60 empregados.

Número de membros dos órgãos diretivos e alterações ocorridas no período de relato financeiro: 5 membros não se tendo verificado qualquer alteração.

12.2 Compromissos existentes em matéria de pensões

Nada a referir.

12.3 Membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão:

a) Quantias dos adiantamentos e dos créditos concedidos, taxas de juro, principais condições e quantias reembolsadas, amortizadas ou objeto de renúncia.

Nada a referir.

b) Compromissos assumidos em seu nome a título de garantias de qualquer natureza, e quantia global para cada categoria.

Nada a referir.

c) Remunerações dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão.

O Presidente do Conselho de Administração auferiu uma remuneração bruta de 23.560,00 euros, durante o período.

13 - Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente relevantes.

14 - Agricultura
Não se aplica.

15 - Divulgações exigidas por outros diplomas legais
Informa-se que a entidade tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, tal como relativamente à Administração Tributária, não existindo qualquer dívida em mora ao Estado e outros entes públicos e a outros credores.

16 - Outras divulgações
Não há qualquer dívida em mora.

Águas Santas, 29 de março de 2018

O Contabilista Certificado n.º 22103

Maria José Ramos V.d.P

201975424

22103

O Conselho de Administração

João Alfredo F. Duarte

Cristina Maria Pinto de Araújo

Fernando Silva